

ATÉ QUE PONTO O AEE É INCLUSIVO?

Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas¹
Valdenice Elaine dos Santos Clementino²

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) visa promover a inclusão escolar de alunos com deficiências, oferecendo recursos e estratégias pedagógicas que atendem às suas particularidades. No entanto, a eficácia e a abrangência do AEE na promoção de uma inclusão genuína são temas de debate. Este artigo investiga a eficácia do AEE na promoção da inclusão escolar, questionando se as práticas atuais estão alinhadas com o objetivo de garantir uma educação de qualidade e acessível a todos. A metodologia emprega pesquisa qualitativa com uma revisão bibliográfica do conteúdo, e um questionário aplicado a três profissionais do AEE, visando captar suas percepções e experiências com o atendimento. Através dessa abordagem, o estudo busca compreender a realidade vivida nas salas de AEE, avaliando se as políticas públicas vigentes, a formação de professores, a infraestrutura das escolas, e a participação da família e comunidade estão contribuindo para uma educação verdadeiramente inclusiva. Nos apoiamos em teóricos como Gil (2008) para auxiliar na metodologia e Moura (2010), Bona (2008), Correia (2006), entre outros para o aporte teórico bibliográfico. Através dos dados obtidos podemos revelar que, embora o AEE contribua significativamente para a inclusão, este enfrenta obstáculos que limitam o seu potencial. Os resultados nos indicam a necessidade de políticas públicas eficientes, formação contínua de professores e também um maior envolvimento por parte das famílias e da comunidade como um todo. Concluimos destacando a importância de um compromisso coletivo para superar esses desafios e explorar plenamente o potencial transformador que o AEE tem. Este trabalho contribui para o debate sobre a inclusão educacional, propondo reflexões sobre como o AEE pode ser aprimorado para atender melhor às necessidades de todos os alunos.

Palavras-chave: AEE, Inclusão escolar, Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um dos maiores desafios e compromissos do sistema educacional contemporâneo, visando assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como uma proposta pedagógica destinada a promover respostas educativas adequadas às necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento,

¹ Mestranda do curso de Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, karol.souto1993@gmail.com;

² Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – UEPB, valelainenice@gmail.com;

altas habilidades ou superdotação. O AEE se propõe a complementar e enriquecer o processo educativo, garantindo recursos e estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão escolar.

Entretanto, apesar de sua relevância, questiona-se até que ponto o AEE tem sido efetivamente inclusivo, isto é, se as práticas pedagógicas e políticas públicas implementadas estão efetivamente alinhadas com os princípios da educação inclusiva, garantindo assim uma educação de qualidade e acessível a todos.

Este artigo visa investigar a eficácia do AEE na promoção da inclusão escolar, abordando aspectos cruciais como os princípios norteadores do AEE, as políticas públicas vigentes, a formação de professores, a infraestrutura das escolas e a participação da família e da comunidade no processo educacional. Ademais, propõe-se a analisar os desafios enfrentados na implementação do AEE, o impacto dessa modalidade de atendimento na inclusão escolar e os caminhos possíveis para tornar o AEE mais inclusivo.

O interesse para escrita desse artigo se refere às experiências e vivências adquiridas através de estágios, nas salas de AEE onde observamos o cotidiano dos alunos e o contexto que os professores trabalham assim como as demandas específicas, dificuldades, questionamentos e recursos para profissionais atuantes dessas áreas, desse modo, surgiu a questão. Até que ponto o AEE é inclusivo? E ficamos a nos questionar mais profundamente, quando o aluno é retirado da sala de aula regular para realizar atividades na sala do AEE, ele está realmente sendo incluído? São perguntas assim que iremos responder no decorrer do trabalho.

Para atender ao objetivo proposto nesse estudo nos acostamos às contribuições teóricas de Moura (2010), Bona (2008), Correia (2006) entre outros, bem como os Referencias Legais que são o suporte para a educação inclusiva.

A metodologia adotada baseia-se numa pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica, sobre a literatura especializada no tema, e na aplicação de um questionário a profissionais atuantes no AEE, buscando assim captar suas percepções e experiências práticas. Este estudo se justifica pela necessidade de compreender a realidade do AEE, com os alunos e no processo de ensino dos professores das respectivas salas, contribuindo para a reflexão sobre suas potencialidades e limitações, com o intuito de oferecer subsídios para o aprimoramento das práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas para a educação inclusiva.

De acordo com Moura (2010), a inclusão e participação são valências fundamentais para a dignidade humana e para gozar dos direitos humanos, o que em termos de educação se traduz numa igualdade de oportunidade. Nesse âmbito, às Políticas Públicas existentes devem assegurar às pessoas com deficiência as condições para viver e ser aceitos na sociedade.

METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho utilizaremos a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, com revisões sobre escritos importantes e teóricos renomados na área, onde GIL (2008), nos afirma que a pesquisa qualitativa é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Faremos uso também um questionário, que será respondido por três profissionais atuantes da sala do AEE, com cinco questões sobre o conteúdo em estudo. As questões foram listadas da seguinte maneira:

1 – Quais são os maiores desafios do AEE?; 2 – Qual o objetivo da sala do AEE?; 3 – O que você considera importante que os professores saibam do AEE?; 4 – O que o aluno faz na sala do AEE?; 5 – Qual a sua opinião sobre os alunos que vão para a sala do AEE no mesmo turno da sua aula regular?

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Assim, o questionário servirá para coletar informações da realidade vivida no chão da sala de aula, mais precisamente da sala do AEE, com objetivo de coletar, observar e analisar as questões sob o olhar e a perspectiva de quem vivencia as experiências diárias desse contexto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

FUNDAMENTOS E OBJETIVOS DO AEE

Existem objetivos traçados para serem alcançados na sala de AEE, dessa forma, consideramos que o trabalho pode ser facilitado, direcionado com objetivos e metas que podem ser alcançáveis tornando o trabalho mais específico e diretivo.

Segundo o Ministério da Educação, o AEE tem como objetivo:

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC, 2009, p. 1).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se, portanto, como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas que visam promover a educação inclusiva, atendendo às especificidades de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Este serviço é oferecido de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos nas classes comuns do ensino regular, buscando assegurar a esses estudantes condições adequadas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Os fundamentos do AEE estão ancorados em princípios de igualdade, respeito às diferenças, acessibilidade, participação social e aprendizado ao longo da vida. A legislação brasileira, por meio de dispositivos legais como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), estabelece o AEE como um direito assegurado, reforçando a necessidade de criar condições para uma efetiva inclusão escolar.

Todos os alunos no Brasil, desde a educação infantil até a educação superior, têm direito ao Atendimento Educacional Especializado (Brasil, 2011).

O AEE deve ocorrer em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também deve realizar um diálogo constante com professores e estudantes. Esse diálogo deve estar previsto no PPP de cada escola e organizado pelo conjunto de profissionais como gestores escolares, secretaria de Educação e educadores, dessa forma, todos os participantes do processo dos atendimentos devem estar atentos e atuantes na construção da aprendizagem e evolução de cada aluno.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO AEE

A implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) enfrenta diversos desafios que abrangem aspectos estruturais, pedagógicos e culturais, os quais impactam diretamente sua eficácia e o alcance de seus objetivos. Um dos principais obstáculos reside na adequação da infraestrutura física das escolas, que muitas vezes não está preparada para atender às necessidades específicas de acessibilidade dos alunos, limitando sua participação plena nas atividades escolares. A falta de recursos materiais adaptados e tecnologias assistivas também se apresenta como um entrave significativo, dificultando a personalização do ensino para atender às diversas necessidades educacionais especiais.

A formação de professores constitui outro ponto crítico na implementação do AEE. Muitos educadores ainda não possuem a preparação necessária para trabalhar com a diversidade em sala de aula, seja por lacunas na formação inicial ou pela insuficiência de programas de formação continuada que abordem a educação inclusiva de maneira aprofundada. Isso se reflete na prática pedagógica, onde a falta de conhecimento sobre estratégias de ensino adaptativas e personalizadas pode impedir que o potencial de cada aluno seja plenamente desenvolvido.

Sobre isso Bona nos afirma:

A formação dos professores se configura preocupação central nesse sentido. Mais do que instruir, eles devem educar, entendendo educação como a preparação para o exercício consciente da cidadania que se faz atuando politicamente na transformação social. O problema é que grande parte dos professores tem como principal orientação o domínio do conteúdo e das técnicas, restringindo sua função ao cumprimento do programa de ensino. (2008, p.7)

Ficamos a nos perguntar, como esses espaços são inclusivos, tanto pensando nos profissionais como nos assistidos? Visto que a inclusão acontece quando o ambiente proporciona oportunidades de conviverem com uma diversidade de pessoas, oferecendo e dividindo aprendizagens diversas no mesmo espaço e com as mesmas condições.

Além disso, a integração efetiva do AEE no projeto pedagógico da escola representa um desafio. É necessária uma articulação coerente entre o AEE e o ensino regular, promovendo uma colaboração efetiva entre professores do ensino regular, especialistas em educação especial e demais profissionais envolvidos, para que o suporte oferecido aos alunos seja consistente e contínuo.

Para Correia (2006) a inclusão na educação é tarefa de grande envergadura, que se constitui como um desafio para todos os atores escolares, a fim de remover barreiras e se adequar aos que pretende incluir.

A inclusão pressupõe, assim, dois princípios essenciais, devendo, o primeiro ocupar-se da remoção das eventuais barreiras impeditivas de aprendizagem com sucesso e o segundo fomentar respostas educativas adequadas às diversas necessidades de aprendizagem dos alunos, principalmente aqueles com NEE (Correia, 2006, p. 243).

Um outro ponto relevante são alguns profissionais desqualificados que assumem esse lugar, sem reconhecer seu local de atuação, sem experiência, sem ter conhecimento de estratégias e adaptações necessárias ao direcionamento do ensino e do planejamento de forma efetiva a gerenciar esses ambientes.

A participação da família e da comunidade no processo educacional também enfrenta obstáculos, muitas vezes decorrentes da falta de informação e de uma cultura de valorização da

diversidade. A sensibilização e o envolvimento desses atores são fundamentais para a construção de um ambiente educacional inclusivo, mas requerem esforços constantes para superar preconceitos e promover uma verdadeira parceria em prol do desenvolvimento e integral do aluno.

Superar esses desafios exige um comprometimento coletivo e uma abordagem holística que contemple as múltiplas dimensões envolvidas na educação inclusiva, configurando um cenário no qual o AEE possa efetivamente contribuir para uma sociedade mais inclusiva e justa.

IMPACTO DO AEE NA INCLUSÃO ESCOLAR

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel crucial na inclusão escolar, oferecendo suporte específico e recursos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, como já mencionado anteriormente. Seu impacto na inclusão escolar pode ser observado sob diversas perspectivas, refletindo-se tanto no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos quanto na cultura e nas práticas pedagógicas das instituições de ensino.

A inclusão acontece quando o aluno é beneficiado de todas as variáveis possíveis, quando o ambiente proporciona que o aluno seja participante de todos os processos, de todas as etapas, interligando conhecimentos e adaptando a realidade com as necessidades de cada indivíduo. Onde a personalização do ensino, atendendo às particularidades de cada estudante, promove uma experiência educacional mais rica e eficaz, onde esses alunos poderão progredir no seu ritmo e de acordo com suas capacidades.

Também podemos destacar o desenvolvimento social dos alunos, incentivando a sua participação ativa na vida escolar. Ao promover a inclusão desses alunos em ambientes educacionais regulares, o AEE facilita a interação social, o respeito à diversidade e a construção de relações baseadas na empatia e na colaboração entre todos os estudantes. Isso contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, respeitosos e preparados para viver em uma sociedade plural.

A implementação bem-sucedida do AEE tem o potencial de transformar as escolas em ambientes verdadeiramente inclusivos, onde a diferença é vista como um valor e não como um obstáculo. Essa transformação não beneficia apenas os alunos envolvidos no processo, mas enriquece a experiência educacional de todos os estudantes, preparando-os para atuar de forma mais efetiva e empática na sociedade.

Apesar dos avanços significativos, o impacto pleno do AEE na inclusão escolar ainda enfrenta desafios, como a necessidade de maior apoio político, financiamento adequado, formação contínua de professores e envolvimento da comunidade. Superar esses obstáculos é essencial para maximizar o impacto do AEE e garantir que a educação inclusiva se consolide como um direito de todos os alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

DADOS DA PESQUISA

Para uma melhor compreensão do Atendimento Educacional Especializado, aplicamos um questionário composto por cinco perguntas pertinentes ao tema, e a partir das respostas obtidas pelos profissionais atuantes no AEE, obtivemos informações sobre o questionamento inicial da pesquisa.

Pergunta 1 - Quais são os maiores desafios que você enfrenta no AEE?

Resposta 1 – Conscientizar as famílias da necessidade de acompanhamento pedagógico específico. Pois muitos não levam seus filhos para o atendimento especializado.

Resposta 2 – A integração com as famílias e com os professores da sala regular.

Resposta 3 – Ausência de recursos pedagógicos, impressora, notebook, material de uso dos alunos, lápis de cor, jogos, nós professores temos investido em recursos para propor um ambiente com aprendizagem significativa.

Pergunta 2 – Qual o objetivo da sala do AEE?

Resposta 1 – Identificar, organizar e planejar o atendimento pedagógico específico para cada estudante com deficiência, considerando suas limitações, mas evidenciando suas potencialidades.

Resposta 2 – Organizar e muitas vezes produzir recursos pedagógicos que me auxiliem na mediação com cada tipo de deficiência diferente.

Resposta 3 – Identificar e elaborar recursos que viam o aluno romper as barreiras do conhecimento.

Pergunta 3 – O que você considera importante que os professores saibam sobre o AEE?

Resposta 1 – Os objetivos pedagógicos que necessita ser identificado para cada estudante com deficiência. Concomitante, aprofundamento das políticas educacionais inclusiva, atrelando teoria e prática na sua atuação pedagógica.

Resposta 2 – Tudo! Os professores da sala do AEE, precisam ter conhecimento de cada necessidade do aluno, identificando as melhores ações de como trabalhar individualmente com cada um.

Resposta 3 – Que o AEE não é reforço escolar. Que os professores que atuam no AEE estudaram para estar atuando com esse público diverso.

Pergunta 4 – O que o aluno faz na sala do AEE?

Resposta 1 – Complementa o ensino no âmbito pedagógico que não é possível ser assimilado na sala regular.

Resposta 2 – O aluno complementa seus estudos, bem como participa de atividades extras propostas pela professora da sala de aula regular.

Resposta 3 – Realizam atividades adaptadas, e desafiadoras, jogos com tecnologias assistivas, de forma lúdica numa perspectiva que todos aprendam, no seu tempo e do seu jeito.

Pergunta 5 – Qual a sua opinião sobre os alunos que vão a sala do AEE no mesmo turno da sua aula regular?

Resposta 1 – Existe uma perda considerável, no tocante ao comprometimento da interação e socialização com os colegas de sala regular. Bem como, negligência o direito de 800 horas e 200 dias letivos, conforme a LDB/9394/96 retirando o direito do estudante de estar em sala regular.

Resposta 2 – Absurdo! O aluno no horário da sala de aula regular precisa estar em sala interagindo com seus colegas e professores, porem já presenciei diversas vezes o aluno sendo encaminhado para a sala do AEE para realizar alguma atividade, dessa forma sendo excluído de sua sala de aula.

Resposta 3 – O AEE é para atender o aluno contra turno, o AEE não substitui o ensino regular, jamais se deve retirar o aluno da sala regular, na sala regular ele tem a oportunidade em está aprendendo com os diferentes, na sala de AEE, é individual ou em duplas, as vezes em pequenos grupos, o que não oportuniza o aluno muitos momentos de interação com seus pares.

Dessa forma, podemos perceber que os dados dos questionários revelam pontos críticos e desafios significativos no processo de inclusão escolar. As respostas indicam uma preocupação com a conscientização das famílias sobre a importância do acompanhamento

pedagógico especializado, a integração entre as famílias e os professores do ensino regular, e a falta de recursos e materiais adaptados como obstáculos primordiais que impactam a efetividade do AEE.

Além disso, os profissionais ressaltam a necessidade de uma melhor compreensão por parte dos professores do ensino regular sobre os objetivos e a especificidade do AEE, que não se configura como um reforço escolar, mas sim como um complemento pedagógico voltado para identificar e desenvolver as potencialidades dos alunos, promovendo a inclusão de forma eficaz.

As respostas também apontam para uma crítica contundente sobre a prática de retirar alunos da sala de aula regular para participar do AEE durante o mesmo turno, onde contraria os princípios fundamentais da inclusão. Essa prática é vista pelos profissionais como prejudicial ao processo de socialização e aprendizagem do aluno no ambiente regular, além de violar direitos estabelecidos pela legislação educacional, como o direito à carga horária mínima de ensino. Essa abordagem pode resultar em uma forma de exclusão, em vez de promover a inclusão, ao separar o aluno de seus colegas e do ambiente de aprendizagem comum.

O conjunto dessas observações sublinha a importância de repensar e ajustar as práticas e políticas do AEE para garantir que realmente contribuam para a inclusão efetiva, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas especificidades, possam se beneficiar de um ambiente educacional integrador, enriquecedor e respeitoso às suas individualidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a eficácia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na promoção da inclusão escolar desvela um panorama intrincado, no qual progressos notáveis convivem com desafios intransigentes. O AEE emerge como um pilar fundamental da educação inclusiva, ostentando o potencial de reconfigurar a trajetória educacional de alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando-lhes acesso, participação e aprendizado em contextos educativos regulares. É através dos princípios e metas do AEE que se evidencia o comprometimento com a construção de um panorama educacional que valorize as diferenças e fomente a igualdade.

No entanto, a operacionalização do AEE esbarra em entraves como a adequação da infraestrutura escolar, a capacitação docente, a efetivação de políticas públicas robustas e o engajamento de famílias e comunidades. Esses desafios salientam a premente necessidade de

uma estratégia abrangente e integradora, que englobe todas as vertentes do ecossistema educativo.

O reflexo do AEE na inclusão escolar é tangível, fornecendo percepções preciosas acerca do quão fundamental são as práticas pedagógicas ajustáveis e os recursos de acessibilidade para suprir as variadas demandas dos estudantes. Os dados coletados sublinham que, sob uma execução eficiente, o AEE tem a força de fomentar não só o progresso acadêmico, mas também a inclusão social dos discentes, capacitando-os a uma participação efetiva e significativa na sociedade.

Conclui-se que a eficácia do AEE e, conseqüentemente, o êxito da educação inclusiva, repousam sobre o engajamento coletivo em enfrentar os obstáculos vigentes e em mobilizar integralmente o potencial revolucionário do AEE. Mediante um esforço conjunto entre governos, instituições de ensino, educadores, famílias e comunidade, é viável encaminhar-se rumo a uma educação genuinamente inclusiva, onde cada estudante, independentemente de suas particularidades, tenha a oportunidade de atingir seu pleno potencial. Esse caminho exige, mais do que nunca, uma postura ativa e transformadora de todos os envolvidos, no intuito de construir um futuro educacional que acolha a todos sem exceção.

REFERÊNCIAS

BONA JÚNIOR, Aurélio. **O ensino de filosofia e o pensamento educacional de antônio gramsci: algumas aproximações.** 2008.

BRASIL, DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 – **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências,** 2011.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade.** Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

BRASIL, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

CORREIA, Luis. Dez anos de Salamanca: Portugal e os alunos com necessidades especiais. In. RODRIGUES, David, (org). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006. P. 239 – 274.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

MOURA, A. B. **A Inclusão das Crianças com Deficiências Visuais no Ensino Infantil Regular.** Praia: 2010. Disponível em < <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://core.ac.uk/download/pdf/38680881.pdf> > Acesso em 20 de fevereiro de 2024.